

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 25/Ago



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3463- Ano 2025

APOSENTADORIA ESPECIAL

Aposentadoria Especial dos Vigilantes: PLP 42/2023 está na pauta da Comissão de Previdência

ATENÇÃO!



PLP 42/2023
APOSENTADORIA
ESPECIAL

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 42/2023, que trata da aposentadoria especial dos vigilantes, está oficialmente incluído na pauta da Comissão de Previdência da Câmara dos Deputados.

Na última reunião da Comissão, realizada no dia 13 de agosto, o projeto foi retirado de pauta após pedido de vistas, com o compromisso de que seriam apresentados ajustes ao texto original. Até o momento, as novas informações ainda não foram lançadas no sistema da Câmara, e seguimos aguardando a publicação oficial das alterações.

A CNTV está acompanhando o andamento do projeto de perto e manterá todos os trabalhadores informados assim que houver qualquer novidade.

Nossa luta continua!

Reforçamos a importância da mobilização permanente da categoria. É hora de pressionarmos os parlamentares a favor dessa pauta justa! As entidades sindicais e todos os vigilantes devem cobrar de seus deputados federais o apoio e o voto favorável ao PLP 42/2023.

A aposentadoria especial é um direito legítimo de quem arrisca a vida todos os dias para proteger a sociedade.

Aposentadoria especial dos vigilantes: um direito que não pode esperar!

Aposentadoria especial, já!

FONTE: CNTV

Vigilantes protestam após Governo de Roraima contratar empresa de Minas Gerais por R\$ 120 milhões para serviços de porteiro e vigia



Foto: Arquivo pessoal

Profissionais de vigilância se reuniram na manhã desta sexta-feira, 22, para protestar após o Governo de Roraima contratar uma empresa de Minas Gerais para prestar serviço terceirizado de porteiro e vigia por R\$ 120 milhões.

Conforme o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Roraima, Cleiverto Fernando, a Secretaria de Estado da Educação (Seed) trocou uma empresa que é especializada em segurança por outra que não presta o mesmo tipo de serviço.

“A gente reivindica que os nossos vigilantes possam continuar nos seus postos de serviços sem nenhum recuo de direito, porque a partir do momento que você retira uma empresa especializada de segurança e coloca uma empresa de serviço, qualquer outra empresa que não seja uma empresa legalizada junto à Polícia Federal, você tira vários benefícios daquele trabalhador. Nós temos uma lei própria, nós temos uma legislação e a gente precisa ter tudo isso respeitado”, disse o representante.

Conforme cadastro na Receita Federal, a firma contratada por R\$ 120 milhões tem como atividade econômica principal atividades de limpeza. Além disso, as secundárias vão desde coleta de resíduos não-perigosos a atividades paisagísticas. A empresa possui sede no município de Salinas, interior de Minas.

“A gente não concorda com a maneira que está sendo feito. Tirar os vigilantes das suas funções já exercidas nas escolas há algum tempo e isso indo na contramão de todo o país. A gente tem projetos pautados no Congresso Nacional, que fala sobre os vigilantes nas escolas. A gente, Roraima, vai na contramão disso. Para nós não é legal como profissional, e para a população também não é legal, porque todo mundo perde”, completou o presidente do Sindicato.

Outro lado

Em nota, a Secretaria de Educação informou que não procede a denúncia sobre a substituição de vigilantes por profissionais sem qualificação nas unidades escolares da rede estadual.

A Pasta disse que a contratação de serviços terceirizados obedece a critérios técnicos e legais definidos em edital, garantindo, assim, que a empresa contratada cumpra todas as exigências previstas para as funções de porteiro e vigia.

A Seed reforçou ainda que a segurança da comunidade escolar é prioridade. E que todos os serviços prestados estão sob acompanhamento do órgão, assegurando a continuidade das atividades educacionais e o bem-estar de alunos, professores e servidores.

Fonte: Da Redação – RORAIMA EM TEMPO

Câmara discute isenção no transporte para vigilantes

Projeto de Delegada Tathiana Guzella e Sidnei Toaldo estende benefício já concedido a guardas e policiais aos vigilantes patrimoniais de Curitiba.



Projeto de lei para beneficiar vigilantes é de Delegada Tathiana e Sidnei Toaldo. (Foto: Rodrigo Fonseca/CMC)

A Câmara Municipal de Curitiba (CMC) analisa um projeto de lei que prevê a isenção da tarifa do transporte coletivo da cidade para vigilantes patrimoniais em efetivo exercício da função na capital. A proposta reconhece o papel desses profissionais na segurança da cidade e busca facilitar seus deslocamentos diários entre casa e trabalho (005.00325.2025). O projeto foi protocolado pelos vereadores Delegada Tathiana Guzella (União) e Sidnei Toaldo (PRD).

Se aprovada, a medida permitirá que vigilantes com vínculo formal com empresas de segurança privada solicitem à URBS um cartão-transporte específico, com isenção tarifária.

O uso será pessoal e intransferível, limitado aos trajetos entre residência e posto de trabalho e vice-versa, nos dias e horários em que o trabalhador estiver escalado, diz o projeto da Delegada Tathiana e Sidnei Toaldo.

Para ter acesso ao benefício, o profissional deverá apresentar documentação comprobatória, incluindo vínculo empregatício, certificado de formação de vigilante, identificação funcional e documento oficial com foto. O uso indevido do cartão resultará em sanções, como a suspensão ou o cancelamento do benefício.

Segundo a justificativa do projeto, “a concessão de isenção tarifária no transporte público não deve ser interpretada como privilégio, mas sim como reconhecimento funcional e instrumento de valorização e proteção da saúde física e mental da categoria”. Os autores citam que os vigilantes enfrentam jornadas extenuantes e exposição constante a riscos, o que contribui para altos índices de estresse e afastamentos por transtornos mentais.

O projeto também menciona que, por norma federal, os vigilantes não devem usar uniforme fora do horário de trabalho, o que dificulta seu reconhecimento nos trajetos realizados fora do serviço. “A medida, além de justa, é estratégica, pois facilita o deslocamento regular dos profissionais, reduz o custo de manutenção da força de trabalho e estimula a formalização do vínculo empregatício”, destaca o texto da proposição.

A proposta segue em análise pelas comissões permanentes da Câmara de Curitiba. Antes de ir ao plenário, ela precisa receber pareceres técnicos, incluindo o de admissibilidade jurídica e o de mérito sobre sua viabilidade.

Clique na imagem abaixo para entender como é a tramitação de um projeto de lei na CMC.

Reprodução do texto autorizada mediante citação da Câmara Municipal de Curitiba

FONTE: CMCURITIBA -José Lázaro Jr. |

Revisão: Ricardo Marques



Atenção: criminosos têm se passado por policiais federais para aplicar golpes



A Polícia Federal não solicita dinheiro, não pede transferências bancárias e não realiza cobranças por telefone ou mensagens.

Se alguém entrar em contato se passando por policial federal com esse tipo de abordagem, desconfie.

Denuncie imediatamente à Polícia Federal ou à polícia local.

Denuncie:

https://www.gov.br/pf/pt-br/canais_atendimento/comunicacao-de-crimes

fonte: DPF

PF autua empresa por contratação ilegal de vigilantes no Pará

Local que receberá a COP 30 estava com irregularidades nos contratos durante obras de adequação do espaço para o evento



Belém/PA. Nesta sexta-feira (22/8), a Polícia Federal autuou uma empresa que realiza obras no Parque da Cidade, em Belém/PA, local que receberá a COP 30 em novembro deste ano. A ação foi motivada pela contratação irregular de 10 vigilantes, que tiveram sua atuação clandestina encerrada.

Os policiais federais verificaram que os vigilantes haviam sido contratados diretamente pela empresa de obras, contrariando o Estatuto da Segurança Privada. Eles atuavam em parte da Zona Verde, em acessos do parque, fazendo rondas e vigiando áreas importantes da obra.

Diante da situação, uma empresa de segurança privada credenciada será contratada pela empresa de obra, para substituir os vigilantes que estavam de forma clandestina.

A fiscalização é uma parte prática do Curso Prático de Treinamento, oferecido durante toda a semana para policiais federais da capital e das quatro delegacias da PF no interior do estado. O objetivo é atualizar a teoria e prática sobre os procedimentos da nova legislação, em vigor desde setembro de 2024, com foco em uma atuação que reforce a segurança para a COP 30.

FONTE: Comunicação Social da Polícia Federal no Pará

A BELÉM RIO CANCELOU OS 240 AVISOS PRÉVIOS, E O SINDICATO SUSPENDEU A MANIFESTAÇÃO QUE IRIA REALIZAR DIA 20 EM FRENTE A COSANPA, POIS OS EMPREGOS DOS COMPANHEIROS FORAM MANTIDOS



Os avisos foram provocados pela inadimplência da COSANPA, que segundo a empresa, datava do período dezembro de 2024 até julho de 2025.

MANIFESTAÇÃO COM CARRO SOM - Alertamos a Cosanpa que se as demissões dos companheiros fossem mantidas devido a inadimplência, dia 20 nós iríamos com os 240 pais de família protestar com carro de som em frente ao prédio da administração da companhia.

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PARA POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO- Notificamos previamente a Cosanpa alertando sobre a possibilidade dela vir a ser responsabilizada subsidiariamente, caso os trabalhadores venham a ter prejuízos em decorrência da inadimplência, conforme decisão do STF ao julgar o Tema 246 de REPERCUSSÃO GERAL - RE 760.931/DF.

Na segunda-feira, 18, a direção da empresa Belém Rio entrou em contato com o Presidente do Sindicato pedindo para: “suspender a manifestação com carro de som, pois, a Cosanpa havia sinalizado com o início do adimplemento da dívida e que por este motivo estava dando procedimento ao cancelamento dos avisos prévios, e conseqüentemente mantendo os 240 empregos dos trabalhadores”. Para comprovar o ocorrido enviou fotos dos companheiros na fila para assinarem o documento de cancelamento dos avisos.

Agradecemos a Administração da COSANPA pelo bom senso em resolver a questão, e esperamos que consigam pagar todos as pendências para com a prestadora de serviço e que os nossos companheiros continuem empregados.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTE DO PARÁ

Gilmar Mendes altera data de audiência sobre ‘pejotização’ do trabalho no STF

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, adiou a audiência pública para discutir os processos que tratam da licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços, a chamada “pejotização”. Ações com esse tema foram suspensas em abril para dar à corte mais tempo para decidir como atuar nesses casos.



Ações que tratam de pejotização estão suspensas no STF

A princípio, a ideia do decano do STF era realizar o encontro no dia 10 de setembro, mas a data foi alterada por uma necessidade de reorganização do espaço da 2ª Turma da corte para receber a reunião. Assim, a audiência deve ocorrer em 6 de outubro.

Impacto econômico

Ao propor a reunião, Gilmar destacou a relevância do assunto, que “envolve não apenas questões de natureza trabalhista, mas afeta diretamente a dinâmica de grande parcela da economia do país”.

“É inegável que, no cenário atual, a contratação de prestadores de serviço, tanto na condição de autônomos quanto por intermédio de pessoas jurídicas, tornou-se prática

recorrente entre empresas de todos os portes e seguimentos. Nesse contexto, a definição de critérios claros e objetivos para a caracterização de eventual fraude torna-se imprescindível para assegurar a transparência, a proteção das partes envolvidas e, sobretudo, a segurança jurídica nas contratações”, afirmou o ministro.

Esse tipo de contrato é comum em diversos setores, como representação comercial, corretagem de imóveis, advocacia associada, saúde, artes, tecnologia da informação e entregas por motoboys, entre outros.

O processo em julgamento no Supremo discute a validade dos contratos e a competência da Justiça do Trabalho para julgar casos de suposta fraude, além da definição de quem deve arcar com o ônus da prova: o trabalhador ou o contratante.

A matéria é de repercussão geral (Tema 1.389), ou seja, a decisão de mérito que for proferida pelo STF deverá ser observada por todos os tribunais do país que julgarem casos semelhantes.

FONTE: CONJUR - Isabella Cavalcante

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF